



PREFEITURA DO
NATAL
A NOSSA CIDADE

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
(CGM)

PRESTAÇÃO DE CONTAS NATAL 2014

PREZADO CIDADÃO,

A Controladoria Geral do Município de Natal (CGM – Natal/RN), órgão de controle interno da Prefeitura, preparou esta peça para que você veja, de forma simples e objetiva, como foi arrecadado e investido o dinheiro do contribuinte.

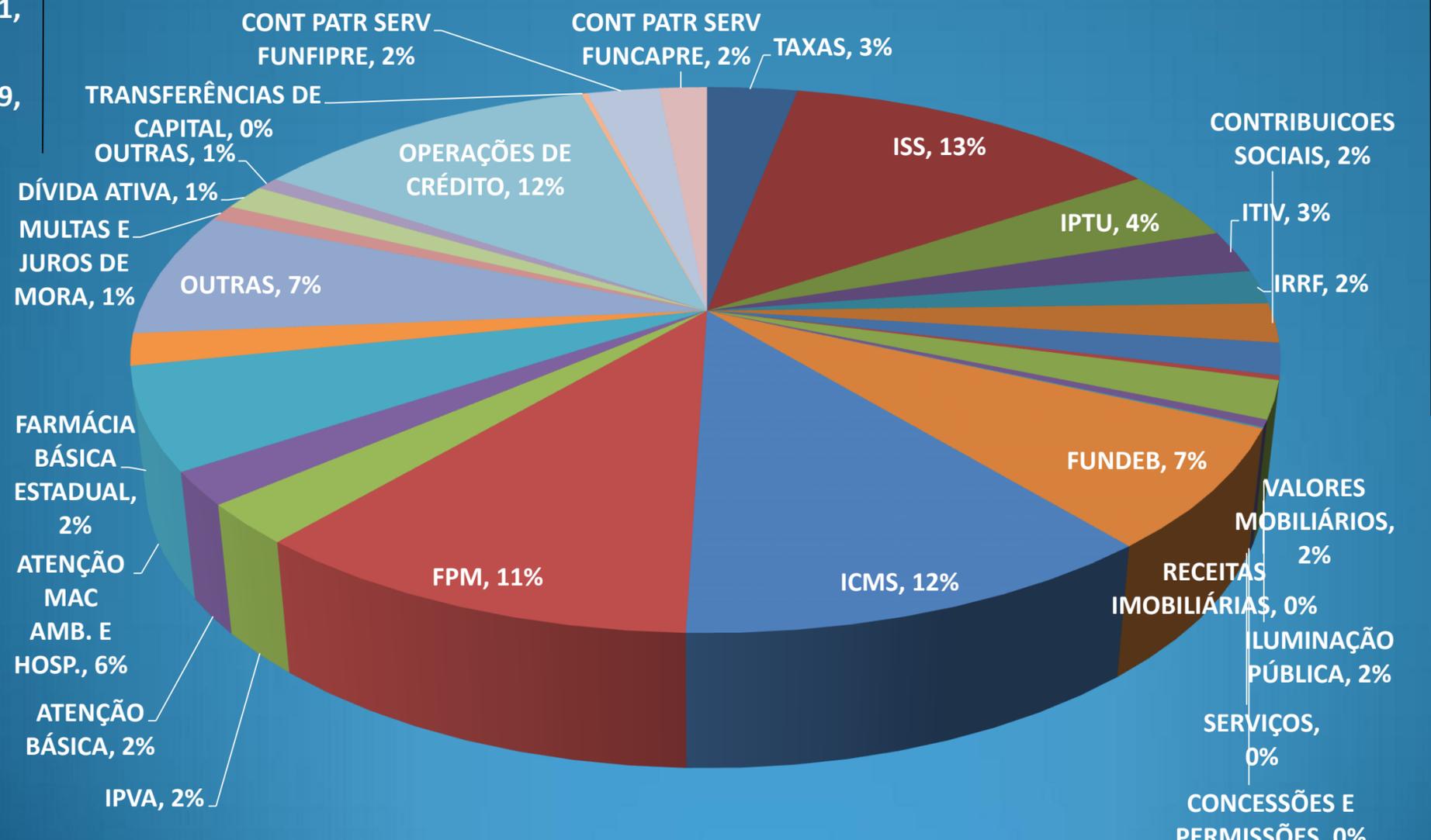
Esta é apenas uma versão resumida, mas qualquer cidadão poderá ter acesso a todos os detalhes relacionados às receitas, despesas, disponibilidades de caixa e contas a pagar da Prefeitura, de forma clara e transparente, através do Portal da Transparência (<http://www.natal.rn.gov.br/transparencia/>). O conteúdo do site pode ser acessado e impresso para distribuição a qualquer pessoa interessada, sem que seja necessária prévia autorização.

Nesta peça você encontra também um glossário esclarecendo os principais termos técnicos utilizados.

DE ONDE VEM O DINHEIRO?

TOTAL DE RECEITAS
R\$ 2.008.822.923,10

TRIBUTÁRIA	CONTRIBUIÇÕES	PATRIMONIAIS	RECEITAS INTRA	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL E DE SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
R\$ 493.180.505,	R\$ 84.942.603,	R\$ 58.710.352,	R\$ 80.356.560,	R\$ 64.203.438,	R\$ 238.128.429,	R\$ 989.301.032,
TAXAS R\$ 60.518.307, IMPOSTOS R\$ 432.662.197, ISS R\$255.736.136, IPTU R\$85.085.989, ITIV R\$51.225.881, IRRF R\$40.614.189,	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL R\$ 46.902.884, ILUMINAÇÃO PÚBLICA R\$38.039.719,	VALORES MOBILIÁRIOS R\$ 44.871.918, CONCESSÕES E PERMISSÕES R\$ 8.543.378, RECEITAS IMOBILIÁRIAS R\$ 5.295.055,	CONTR. PART. DE SERV. ATIVO FUNCAPRE R\$32.057.392, CONT. PATR. SERV. ATIVO FUNFIPRE R\$48.299.168,	MULTAS E JUROS DE MORA R\$18.981.469, DÍVIDA ATIVA R\$30.075.181, OUTRAS R\$15.146.786,	OPERAÇÕES DE CRÉDITO R\$232.719.519, TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL R\$3.919.000 RECEITAS DE SERVIÇO R\$1.489.910,	FUNDEB R\$143.834.224, ICMS R\$232.088.836, FPM R\$218.039.669, IPVA R\$48.422.164, ATENÇÃO BÁSICA R\$39.585.717, ATENÇÃO MAC AMB. E HOP. R\$121.521.930, FARMÁCIA BÁSICA R\$37.862.883, OUTRAS R\$147.945.606,



PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

TOTAL DE EMPENHOS PROCESSADOS
R\$ 1.954.018.799,15

PESSOAL E ENCARGOS
R\$ 941.924.290,

INVESTIMENTOS
R\$ 370.524.352,06,

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
R\$ 13.226.814,,

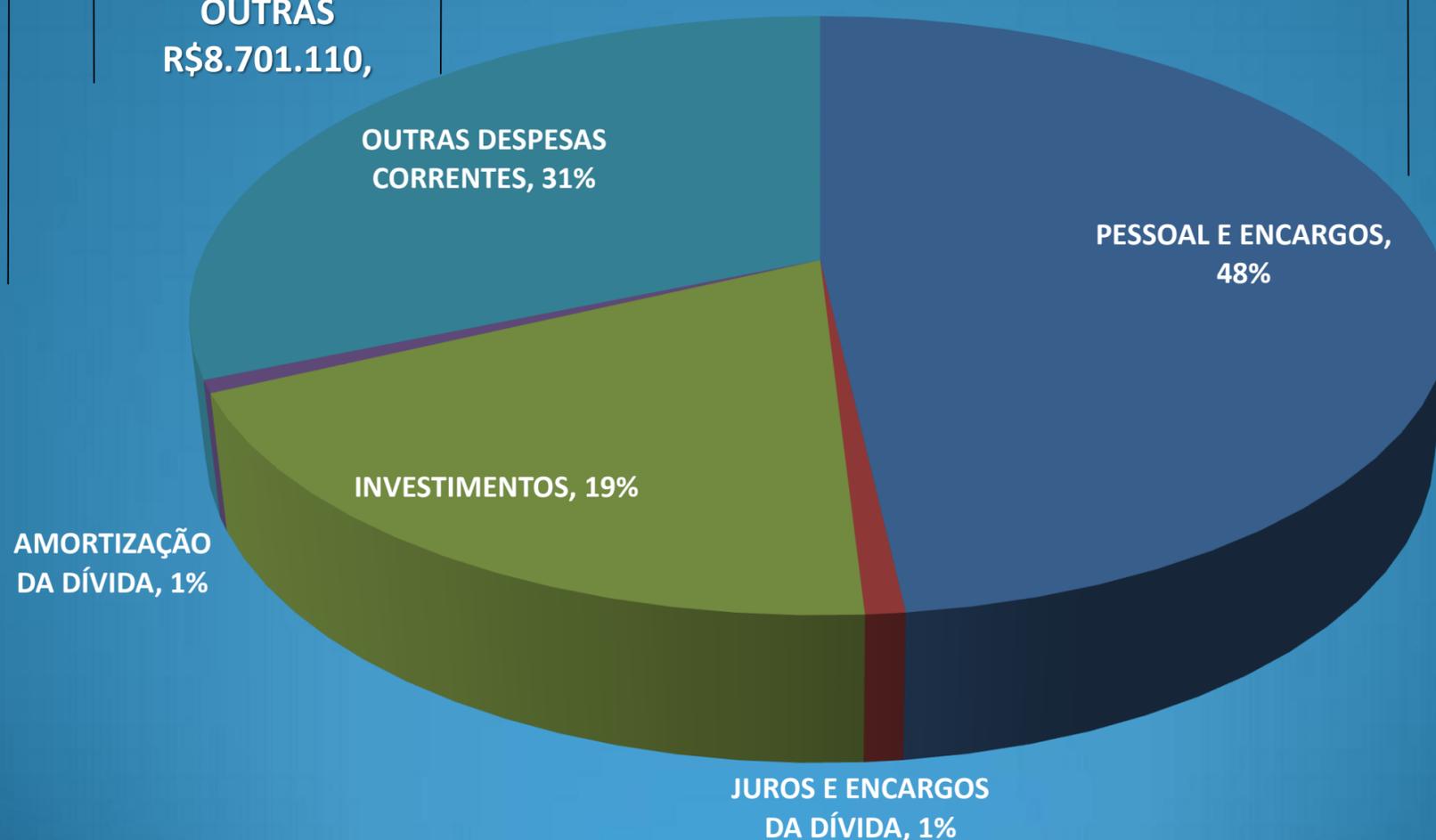
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
R\$ 16.742.449,

OUTRAS DESPESAS CORRENTES
R\$ 611.600.893,

VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS
R\$ 592.316.043,
APOSENTAD. E REFORMAS
R\$123.715.782,
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
R\$33.019.120,
OBRIGAÇÕES PATRONAIS
R\$112.017.495,
OUTRAS
R\$80.855.848,

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
R\$30.960.087,
OBRAS E INSTALAÇÕES
R\$314.239.430,
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
R\$16.623.723,
OUTRAS
R\$8.701.110,

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
R\$385.879.072,
MATERIAL DE CONSUMO
R\$42.714.720,
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
R\$71.959.584,
OUTRAS
R\$111.047.516,



PARA ONDE VAI O DINHEIRO?

TOTAL DE EMPENHOS PROCESSADOS
R\$ 1.415.686.420,69

SMS
R\$ 486.008.484,

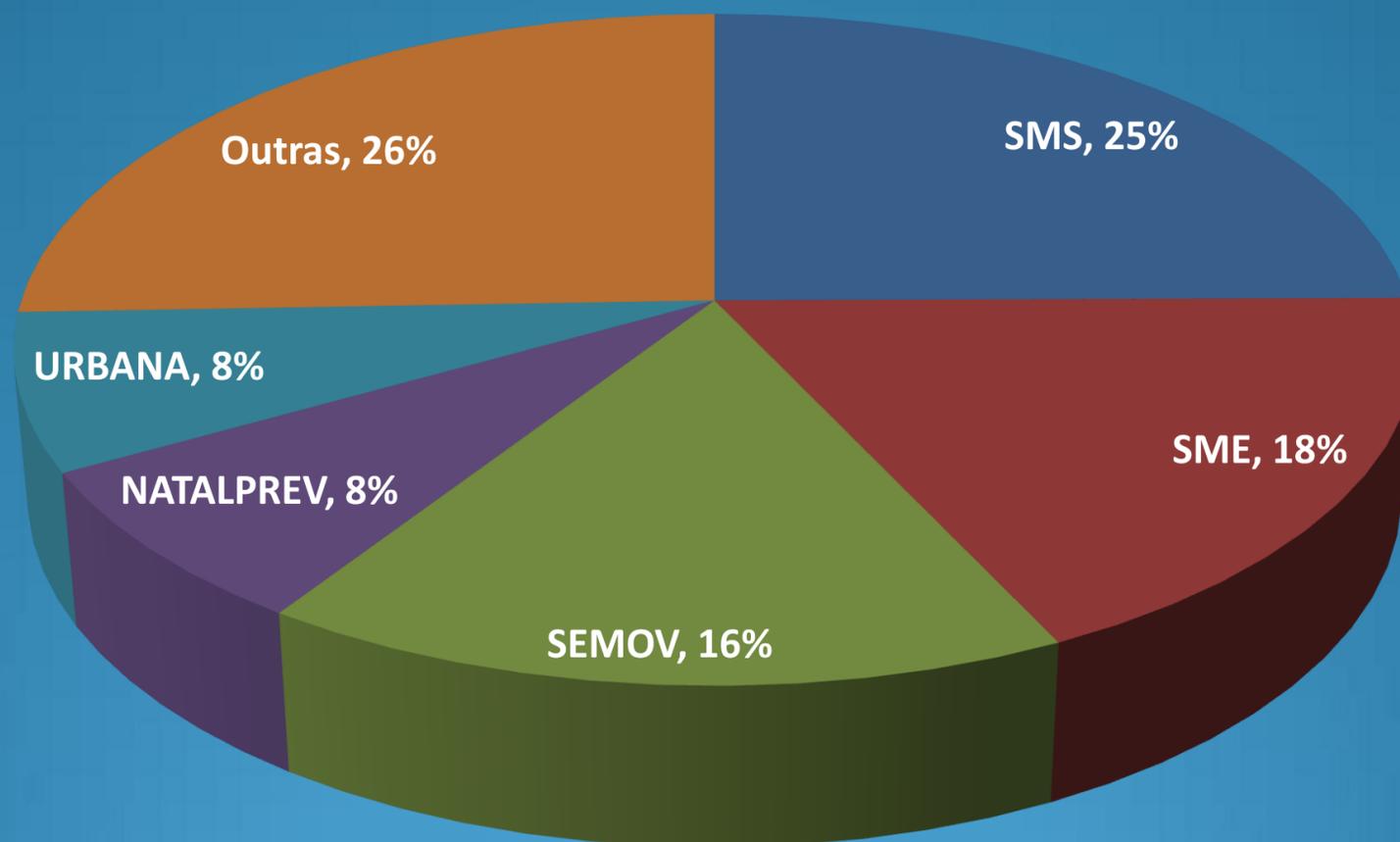
SME
R\$ 352.687.489,

SEMOV
R\$ 319.719.235,

NATALPREV
R\$ 148.528.554,

URBANA
R\$ 147.660.464,

OUTROS
R\$ 499.414.570,



Atendimento à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal

A Constituição Federal traça limites mínimos de utilização de recursos com o intuito de garantir que áreas básicas tenham suas necessidades atendidas. Os limites foram respeitados pela Prefeitura do Natal conforme demonstrado no quadro seguinte

Quadro 1 – Atendimento aos limites mínimos constitucionais em saúde e educação.

	Percentual Mínimo	Percentual Aplicado
Saúde	15%	24,96%
Educação	25%	30,01%

A Lei de Responsabilidade Fiscal estipula limites máximos para Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito. Para realizar o cálculo, utiliza-se como referência a Receita Corrente Líquida do Município, que atingiu o montante de R\$ 1.644.925.038,62.

Quadro 2 – Atendimento aos limites máximos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

	Percentual Máximo	Percentual Calculado
Gastos com Pessoal	54%	48,94%
Dívida Consolidada	120%	11,92%
Operações de Crédito	16%	14,15%

GLOSSÁRIO

RECEITAS

São todos os recursos financeiros arrecadados pelo município, como, por exemplo:

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Recursos retidos dos funcionários do município e contribuição patronal para aposentadoria e pensão.

ICMS

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços que é repassado pelo Estado.

IPTU

Imposto predial e territorial urbano pago anualmente pelos proprietários de imóveis.

IPVA

Imposto sobre a propriedade de veículos automotores pago anualmente por seus proprietários e repassado pelo Estado.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

É o recurso arrecadado que deriva da arrecadação estatal de tributos.

FUNDEB

Parcela de impostos da União, Estado e Município destinados exclusivamente à educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação especial.

IRRF

Imposto de renda retido na fonte dos trabalhadores e empresas que prestam serviços ao Município.

ISS

Impostos sobre serviços de qualquer natureza pago sempre que os serviços são prestados.

ITIV

Imposto sobre transmissão de bens móveis ou direitos reais a ele relativos.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Recursos transferidos por terceiros (ex. União, estados) por exigência legal.

FPM

É uma transferência constitucional da União ao Município determinado principalmente em função do número de habitantes.

TAXAS

Valores cobrados por serviços públicos tais como: limpeza pública e licenças para obras ou estabelecimentos (alvará).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Financiamentos ou empréstimos.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

É o recurso arrecadado que deriva da arrecadação estatal de tributos.

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Receitas cuja origem do recurso é proveniente da própria Prefeitura.

DESPESAS

Utilizaram-se as despesas liquidadas por se configurarem em despesas cujo direito do credor em receber o pagamento do poder público foi reconhecido.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Salários e benefícios para funcionários.

OBRAS E INSTALAÇÕES

Gastos com projetos e execuções de obras públicas..

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Despesas com a manutenção e funcionamento da máquina administrativa do município.

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Pagamento de juros e encargos da dívida pública.

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Pagamento do principal da dívida pública.